



Criada ontem, CPI do Cachoeira será instalada na próxima terça



José Cruz/Agência Senado

Partidos têm cinco dias para indicar os integrantes. Das 30 vagas de titulares, oposição tem direito a sete

Na primeira reunião da CPI, marcada para a terça-feira, será eleito o presidente (entre os senadores do PMDB) e indicado o relator (entre os deputados do PT). O prazo é de 180 dias para a comissão concluir os trabalhos, com possibilidade de prorrogação. O envolvimento do contraventor Carlinhos Cachoeira com agentes públicos e privados é o objeto da investigação. **4 e 5**

Sessão do Congresso em que foi lido requerimento de criação da CPI: Vital do Rêgo é cotado para presidir colegiado, que terá 30 membros

“Líbia vai honrar contrato com a Petrobras”

O governo líbio manterá os contratos firmados com a Petrobras e com três empresas de engenharia brasileiras, segundo

Afonso Alvaro Carbonar, aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores para ser embaixador em Trípoli. **3**



Kleber Lima/Agência Senado

Collor (2º à dir.), com indicados para embaixadas na Líbia (Carbonar), El Salvador (Fiúza Neto) e Áustria (Didonet)



Gerardo Magela/Agência Senado

Relator, Humberto Costa (D) conversa com Valadares, presidente do Conselho

Conselho de Ética pedirá informações ao STF **4 e 5**

Comissão aprova redução de juros para financiar irrigação **7**

Atividade de vaqueiro poderá ser reconhecida como profissão **7**

No Dia do Índio, senadores pedem um indígena para presidir a Funai **3**

Estudo do BID: participação política diminui evasão fiscal **8**



Fenix/Mulher

Piloto de lancha e moto aquática será obrigado a ter aulas práticas

Projeto que torna mais rígidos os critérios para obter habilitação na categoria aquaviário amador foi aprovado em caráter terminativo na Comissão de Infraestrutura. Objetivo é reduzir número de acidentes. **6**

Lago Paranoá, em Brasília: comprovação de aptidão, exames físicos e de conhecimentos poderão ser obrigatórios para a habilitação de aquaviário amador



Marta Suplicy, presidente em exercício do Senado, e Dilma participam da cerimônia de posse de Ayres Britto no STF

Nelson Jr./SCO/STF

Novo presidente do STF, Ayres Britto propõe pacto pró-Constituição

No primeiro discurso depois de tomar posse como presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ontem, Carlos Ayres Britto propôs aos Poderes um “pacto pró-Constituição” e defendeu uma Justiça “capaz de conciliar os dois hemisférios cerebrais: o direito, do sentimento, e o esquerdo, do pensamento”.

Participaram da cerimônia de posse a presidente da

República, Dilma Rousseff; o vice-presidente, Michel Temer; o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia; a presidente em exercício do Senado, Marta Suplicy; e outras autoridades.

Ayres Britto substituiu o ministro Cezar Peluso e deve permanecer no cargo até novembro, quando terá de se aposentar por completar a idade limite de 70 anos.

MP prorroga isenção de impostos que barateia pão

Aprovada na Câmara, proposta deve ser apreciada pelo Senado até 9 de maio; medida que prevê alíquota zero de PIS-Pasep e Cofins incidentes sobre matérias-primas do pão valerá até o fim do ano

O SENADO RECEBEU ontem o projeto que prorroga até dezembro a isenção de impostos (PIS-Pasep e Cofins) que incidem sobre a importação e a venda de trigo, farinha e pré-misturas de pão comum.

Trata-se do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 9/12, proveniente da Medida Provisória (MP) 552/11.

A proposta havia sido aprovada pela Câmara dos Deputados na terça-feira e chega ao

Senado com o prazo de apreciação vencido e prorrogado. Os senadores têm de votar o projeto até 9 de maio.

Segundo o governo, a isenção dos impostos é importante para manter estável o preço dos pães, ajudando a diminuir a pressão que esses produtos exercem sobre a inflação.

De acordo com o texto, as massas alimentícias também passam a contar com a isenção até 30 de junho de 2012.

A proposta também reajusta para R\$ 85 mil o limite aplicável às incorporações imobiliárias do Programa Minha Casa, Minha Vida sujeitas a um regime especial de tributação. Esse sistema prevê o pagamento de uma alíquota única, de 1% da receita mensal recebida, em vez do desembolso das alíquotas referentes a quatro tributos (IR, PIS-Pasep, CSLL e Cofins). Antes da MP, o limite era de R\$ 75 mil.

ICMS sobre importados na pauta de terça

O Plenário do Senado tem uma tarefa complexa a realizar na próxima terça-feira: votar o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 72/10, que unifica em 4% as alíquotas interestaduais do ICMS sobre produtos importados, e a MP 549/11, que, entre outros assuntos, reduz a zero a alíquota de PIS-Pasep e de Cofins da importação e da venda de produtos destinados a beneficiar pessoas com deficiência.

Cercado de polêmica, o PRS 72/10 já foi aprovado pela

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em longas reuniões. Como é um projeto de resolução de competência exclusiva do Senado, pode ser votado independentemente da liberação da pauta, que está trancada pelas MPs 549/11 e 551/11.

Não houve votações na sessão de ontem, pois ainda não haviam decorrido 24 horas desde a entrega do parecer do relator, Romero

Jucá (PMDB-RR). — Ela deve ser votada na próxima terça-feira — disse o senador.

Modificada na Câmara, a MP chegou ao Senado como Projeto de Lei de Conversão 7/12. Além de desonerar 22 produtos destinados a pessoas com deficiência, traz outras 11 matérias em seus 14 artigos — a maioria tratando da desoneração de tributos para setores que vão desde papel para impressos até embalagens de bebidas frias.

Cassol: reitora acerta ao rejeitar partidização

Waldemir Barreto/Agência Senado



Ivo Cassol (PP-RO) parabenizou a nova reitora da Universidade Federal de Rondônia (Unir), Berenice Tourinho, pela declarada intenção de não partidizar a instituição.

De acordo com o senador, a nova reitora disse, durante encontro da bancada federal do estado com o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, que não admitirá que nenhum partido político esteja à frente em sua gestão.

Sem citar nomes, Ivo Cassol condenou a gestão passada da universidade. De acordo com ele, muitos políticos inescrupulosos aproveitaram essa gestão para “tirar vantagens pessoais da Unir”.

Amorim: universidade impulsiona Sergipe

Eduardo Amorim (PSC-SE) prestou uma homenagem à Universidade Tiradentes (Unit) por seus 50 anos. Ele destacou a contribuição da instituição para o desenvolvimento de Sergipe.

Segundo ele, que é formado em direito pela instituição, a Unit é a segunda maior universidade da região, com 30 mil alunos.

— A universidade mantém vários projetos de extensão que garantem às comunidades economicamente desfavorecidas atendimentos gratuitos nas mais diversas áreas. Além do papel fundamental no desenvolvimento na educação formal em Sergipe e do compromisso social, a Universidade Tiradentes investe na preservação da memória do nosso estado.



Léo de Paula/Agência Senado

Comissão analisa apoio da União à educação nos estados

Uma comissão mista de senadores e deputados começou a analisar ontem a Medida Provisória (MP) 562/12, que trata do apoio técnico e financeiro da União às redes públicas de educação básica dos estados e dos municípios.

Na reunião, presidida pelo senador Waldemir Moka (PMDB-MS), o relator, deputado Padre João (PT-MG), leu relatório favorável à MP e apresentou projeto de lei de conversão em que acolhe 13 emendas de parlamentares.

O texto altera critérios

da prestação de contas de estados e municípios, com a identificação dos credores e a divulgação pela internet.

O relator destacou, no texto da MP, a autorização para a União transferir os recursos sem a necessidade de convênio. O exame preliminar da MP pela comissão mista atende a decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF).

Moka marcou nova reunião para a próxima quarta-feira, quando deputados e senadores deverão discutir e votar o relatório.



Gerardo Magela/Agência Senado

Deputado Padre João e senador Waldemir Moka: escolas municipais e estaduais

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

Plenário Sessão para pronunciamentos

9h A sessão não deliberativa, sem votação de projetos, destina-se a pronunciamentos de senadores.

Código Penal Furto e tráfico de pessoas

10h Reunião da comissão de juristas instituída para elaborar anteprojeto de novo Código Penal para tratar de temas como furto; incolumidade, paz e fé pública; e tráfico de pessoas.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Sérgio Souza relata reunião do Conselho Agropecuário do Sul

A partir deste mês, o Conselho Agropecuário do Sul será presidido por Norberto Yauhar, ministro da Agricultura argentino, anunciou Sérgio Souza (PMDB-PR). Segundo o senador, o conselho é um fórum de diálogo e “harmonização” das ações dos ministérios da Agricultura de Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia, no âmbito do Mercosul.

Sérgio Souza informou que acompanhou a 22ª reunião do conselho, em Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, a convite do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho, atual presidente do órgão.

Da reunião, resultou documento oficial estabelecendo diretrizes e metas de cooperativismo, políticas públicas para o setor agropecuário e apoio a pequenos produtores. Outros itens tratados no documento são agricultura familiar; micro, pequenas e médias empresas agrícolas; segurança alimentar; produção sustentável; adaptação às mudanças climáticas; redução das emissões de gases do efeito estufa; e prevenção e combate à febre aftosa.



Sérgio Souza: harmonização de ações agrícolas entre países sul-americanos

Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem, em sabinas, os indicados para as embaixadas da Líbia, da Áustria e de El Salvador

Líbia manterá contratos de empresas brasileiras, informa embaixador

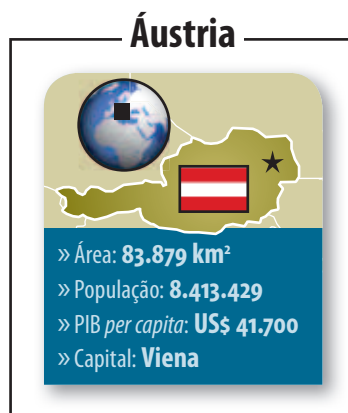
REORGANIZANDO O PAÍS após a queda do coronel Muamar Kadafi, o Conselho Nacional de Transição da Líbia pretende honrar os contratos com a Petrobras e três empresas de engenharia brasileiras. Foi o que informou o ministro de segunda classe Afonso Alvaro de Siqueira Carbonar, cujo nome foi aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE) para ser embaixador do Brasil em Trípoli.

Segundo ele, é possível “vislumbrar um potencial” na relação com a Líbia, que terá em junho eleições para uma assembleia nacional constituinte, está interessada em diversificar a sua economia e quer maior cooperação bilateral na área industrial.

Em resposta a Sérgio Souza (PMDB-PR) sobre queda no comércio bilateral em função da crise política enfrentada pelo país, Carbonar informou que a Líbia pretende dobrar sua produção de petróleo, gerando mais renda para a compra de alimentos. Cyro Miranda (PSDB-GO) demonstrou preocupação com a defesa dos interesses das empresas brasileiras na Líbia, e Eduardo



Fernando Collor (3º à esq.) preside a sessão que aprovou os nomes de Carbonar, Fiúza e Didonet para as embaixadas



Suplicy (PT-SP) sugeriu a adoção pelo novo governo de um programa de renda mínima.

Na mesma reunião, a comissão aprovou a indicação dos novos embaixadores em El Salvador e na Áustria,



respectivamente os ministros de primeira classe José Fiúza Neto e Evandro de Sampaio Didonet. Fiúza anunciou a intenção de ampliar a presença empresarial brasileira em El Salvador, e Didonet disse que



Fonte: IBGE Países e CIA World Factbook

pretende ampliar o trabalho de promoção comercial e atração de investimentos da Áustria.

Aprovado Fundo de Agricultura Familiar do Mercosul

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional também aprovou ontem o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 65/12, que ratifica o regulamento do Fundo de Agricultura Familiar do Mercosul. O regulamento foi adotado pelo

Conselho do Mercado Comum em julho de 2009.

O fundo será constituído por aportes anuais de US\$ 360 mil dos países do Mercosul — sendo US\$ 225 mil do Brasil. O relator do projeto, Sérgio Souza, disse que o objetivo é

permitir uma “ampla participação dos atores sociais em atividades vinculadas ao tema”.

Dois outros projetos obtiveram pareceres favoráveis. O PDS 62/12 aprova acordo com o Congo sobre o exercício de atividade remunerada por par-

te de dependentes de pessoal diplomático, e o PDS 64/12 aprova tratado de extradição firmado com a Índia em 2008.

A CRE aprovou ainda parecer favorável ao PLS 16/12, que desburocratiza operações cambiais até US\$ 10 mil.

No Dia do Índio, senadores pedem presidente indígena para a Funai

Wellington Dias (PT-PI) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defenderam ontem, em Plenário, que a Fundação Nacional do Índio (Funai) seja presidida por um indígena. Além deles, João Capiberibe (PSB-AP) e Anibal Diniz (PT-AC) também lembraram em seus pronunciamentos a passagem do Dia do Índio, comemorado em 19 de abril.

— Hoje temos mais de 3 mil índios graduados; temos cerca de 800 índios com pós-graduação. Por que não ter alguém legitimado para lidar sobre esse tema? — questionou Wellington.

Para ele, é inaceitável que a Funai nunca tenha tido um índio entre as 32 pessoas que já a presidiram. Salientando sua origem indígena — descendente da nação Jê —,

o senador cobrou a integração dos povos às políticas públicas do país. Ele disse que os índios não querem ser peças de museu.

Mozarildo pediu que a Funai tenha uma atuação mais voltada à assistência aos povos e menos à demarcação

de terras. Segundo ele, a “política equivocada” do órgão demarcou mais de 14% do território nacional para que sejam ocupados por 813 mil índios, ou 0,3% da população.

Em Roraima, 57% do território, segundo o senador, está demarcado como terra

indígena, enquanto os índios representam 11% da população. Enquanto isso, enfatizou, os índios vivem marginalizados, sem assistência de saúde e sem educação adequada.

João Capiberibe avaliou, no entanto, que a redução da mortalidade infantil, a

erradicação de doenças e a adoção de políticas públicas de valorização impulsionaram o avanço demográfico entre indígenas, a partir da segunda metade do século 20.

O senador citou dados do IBGE pelos quais a população indígena brasileira cresceu cinco vezes e meia entre 1955 e 2010. Em 2010, havia 817 mil índios no país, distribuídos por 220 etnias, que falam 180 idiomas e ocupam 688 reservas.

Por sua vez, Anibal Diniz chamou a atenção para o alerta feito pela Funai sobre o risco de genocídio de populações nativas isoladas no Acre. Ele citou reportagem do UOL que apresenta o avanço da exploração econômica na fronteira entre o Brasil e o Peru como uma ameaça à sobrevivência das tribos da região.



Indígenas acompanham audiência pública no Senado, em maio de 2011: Funai nunca teve um presidente índio

Foi aprovado em caráter terminativo (sem necessidade de ir ao Plenário), na Comissão de Infraestrutura, projeto que torna mais rígidos os critérios para obter habilitação na categoria aquaviário amador; objetivo da medida é reduzir número de acidentes

Habilitação para motos aquáticas e lanchas poderá ter prova prática

A COMPROVAÇÃO DE aptidão prática e a realização de exames físicos e de conhecimentos teóricos poderão ser obrigatórias para habilitação de candidatos à categoria de aquaviário amador — necessária, por exemplo, para a condução de lancha e moto aquática. Pelas regras atuais, é exigida só aprovação em prova de múltipla escolha.

Um projeto (PLC 94/11) que amplia as exigências para obtenção da carta de arrais amador — habilitação exigida para condução de embarcações de recreio e esporte — foi aprovado ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em caráter terminativo.

A proposta visa evitar acidentes nas praias brasileiras, envolvendo banhistas e condutores de lanchas e

motos aquáticas, como os noticiados recentemente.

De acordo com o autor, deputado Lincoln Portela (PR-MG), o exame realizado hoje não permite medir a capacidade do candidato de “estacionar, lançar âncora, combater incêndios e evitar abalroamento no mar”.

No texto original, ele previa a realização de provas práticas aplicadas pelas autoridades marítimas. No entanto, o relator, José Pimentel (PT-CE), observou que a Marinha não teria como implementar a medida, devido ao elevado número de candidatos à habilitação — foram habilitados 100 mil novos condutores amadores em 2010, informou o relator.

Em emenda apresentada, Pimentel propôs que clubes e associações

náuticas, que já oferecem “cursos ou oportunidades para a prática de atividades em embarcações de esporte amador ou de recreio”, passem a atestar a experiência adquirida pelo candidato à habilitação.

Durante a discussão, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) concordou com a necessidade de tornar mais rigoroso o processo de habilitação de condutores amadores de embarcações, mas manifestou preocupação com a capacidade da Marinha em habilitar condutores de pequenas embarcações da Amazônia.

Para Cyro Miranda (PSDB-GO), possíveis dificuldades na operacionalização das medidas propostas no projeto não podem ser obstáculos para que o país tenha maior controle sobre a condução de embarcações.

Eduardo Lopes defende maior alcance para o passe livre

Eduardo Lopes (PRB-RJ) defendeu ontem a ampliação do alcance da Lei do Passe Livre. O senador apresentou projeto que estende o direito para pessoas carentes portadoras de doença grave ou incapacitante. Hoje, a Lei 8.899/94 reconhece o benefício no sistema de transporte coletivo interestadual apenas aos portadores de deficiência.

— As pessoas com doenças graves ou incapacitantes levam a vida com muitas limitações, principalmente as que têm dificuldades financeiras.

O projeto (PLS 81/12), que também atende o acompanhante, abrange o transporte coletivo interestadual rodoviário, ferroviário, aquaviário e aéreo.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Paulo Davim pede ação mais incisiva da ANS sobre planos de saúde

Ao manifestar apoio aos médicos brasileiros que pedem reajuste dos valores pagos pelos planos de saúde, Paulo Davim (PV-RN) cobrou uma atuação mais efetiva da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

O senador afirmou que, muito frequentemente, as operadoras de planos de saúde não atendem de maneira satisfatória os usuários nem respeitam acordos firmados com médicos, laboratórios ou hospitais.

— Na próxima quarta-feira, 160 mil médicos em todo o Brasil pararão durante 24 horas o atendimento aos planos de saúde. É um alerta, pedindo respeito ao seu trabalho, chamando a atenção das autoridades sanitárias, sobretudo da ANS, para esse problema, que não é novo.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Márcia Kalume/Agência Senado

Walter Pinheiro, Cyro Miranda, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, presidente da CI: preocupação com obras na malha ferroviária e modelo de hidrelétricas

Comissão quer ouvir ministros dos Transportes e de Energia

Atrasos na implantação do programa ferroviário brasileiro e dúvidas sobre o modelo adotado para grandes hidrelétricas em construção no país preocupam os senadores da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Eles querem tratar dos temas diretamente com os ministros dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, e de Minas e Energia, Edison Lobão.

Ontem, Delcídio do Amaral (PT-MS) disse que os investimentos para ampliação da malha ferroviária estão em “ritmo muito lento”. E Walter Pinheiro (PT-BA) citou problemas nas obras da Ferrovia de Integração Oeste-Leste.

Delcídio também propôs que a comissão discuta o modelo de hidrelétricas em construção no país, que geram energia com o fluxo do rio, sem

a formação de lagos. Blairo Maggi (PR-MT) considera um risco a construção de usinas sem grandes reservatórios.

Waldemir Moka (PMDB-MS) apresentou preocupação com as concessões de exploração de hidrelétricas que vencem em 2015. E a presidente da CI, Lúcia Vânia (PSDB-GO), informou que a comissão fará duas audiências públicas sobre o tema.

Aprovada pela CCJ, criação de TRF em Minas Gerais segue para Plenário



Waldemir Barreto/Agência Senado

O Plenário deve examinar em breve a proposta de emenda à Constituição (PEC 65/11) que cria o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com sede em Belo Horizonte (MG). O texto, aprovado anteontem pela Comissão de Constituição

e Justiça (CCJ), é do senador Clésio Andrade (PMDB-MG).

A PEC recebeu emenda do relator, Renan Calheiros (PMDB-AL), que estipula prazo de 90 dias após a promulgação para que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) envie ao Congresso

projeto de lei detalhando a organização, a estrutura e o funcionamento do novo tribunal, bem como a nova configuração e composição do TRF da 1ª Região, do qual Minas Gerais deixará de fazer parte.

O objetivo da emenda foi

solucionar divergências quanto à constitucionalidade de criação do novo tribunal regional por emenda constitucional. Parte dos senadores argumentou que a criação deveria ocorrer com projeto de lei do Poder Judiciário.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Sílvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Projeto facilita compra de equipamentos de irrigação por gotejamento ou microaspersão, que reduzem em cerca de 90% o consumo de água, segundo o autor, Marcelo Crivella

Comissão aprova juro menor para sistema de irrigação

A COMISSÃO DE Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem projeto de lei que prevê taxas de juros diferenciadas para financiamento de equipamentos de irrigação por gotejamento ou microaspersão. A proposta é do senador licenciado e atual ministro da Pesca e Aquicultura, Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Em comparação com os encargos financeiros aplicados aos demais tipos de irrigação, o projeto (PLS 738/11) prevê taxas de juros inferiores em pelo menos um ponto percentual.

Ao justificar a proposta, Crivella ressaltou que o consumo de água na agricultura pode ser reduzido em mais de 90% com a utilização desse tipo de equipamento. Ele lembrou que a agricultura está entre as atividades econômicas que mais exigem água.

O relator da matéria, Blairo Maggi (PR-MT), enfatizou que a Política Nacional de Recursos Hídricos considera a água um recurso limitado e dotado de valor econômico.

— Corretamente, o projeto estipula juros menores para o financiamento da aquisição de equipamentos de irrigação por gotejamento ou microaspersão, que são mais eficientes no uso da água, quando comparados a outros sistemas. Por serem mais caros e, principalmente, por serem mais eficientes, os sistemas de gotejamento e microaspersão demandam o tipo de subsídio proposto pelo projeto.

A proposta ainda será examinada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em decisão terminativa.

Projeto ajusta prazo do penhor rural ao período que durar financiamento

A garantia que o produtor presta aos bancos para fazer um financiamento, conhecida como penhor rural, pode passar a ter o mesmo prazo que durar o empréstimo. Projeto de lei com essa finalidade, de Acir Gurgacz (PDT-RO), foi aprovado ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Em geral, podem ser dados como penhor rural a safra e os maquinários.

O relator da matéria no colegiado, Blairo Maggi (PR-MT), explicou que as operações de crédito rural exigem longo tempo para o reembolso, o que, muitas vezes, extrapola o prazo legal previsto para o penhor. Dessa forma, os produtores precisam prorrogar o prazo do penhor para adequá-lo ao do financiamento.

Esse procedimento, observou Blairo Maggi, onera o produtor com despesas de cartório e com o reflexo sobre a hipoteca em decorrência das novas garantias exigidas pelo agente financeiro.

O projeto (PLS 730/11) ainda será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em caráter terminativo, antes de ser encaminhada à análise da Câmara dos Deputados.



Gurgacz e Blairo, autor e relator da matéria aprovada ontem na Comissão de Agricultura

Rolleberg: diálogo com professores do DF

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) disse ontem que a bancada do Distrito Federal no Senado se colocou à disposição do governo local para ajudar no diálogo com os professores do DF, em greve há 39 dias.

O senador afirmou que são legítimas as reivindicações dos professores. Entre as 28 categorias profissionais do governo do DF, os docentes ocupam o 24º lugar no que se refere a salário, com remunerações “aquém de suas responsabilidades”, afirmou Rolleberg.

Mozarildo lembra Dia do Exército

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) registrou ontem, em Plenário, a passagem do Dia do Exército, celebrado a 19 de abril. O senador leu a parte final de mensagem à tropa, do comandante da Força, Enzo Martins Peri, em que o general pede a confiança dos militares na política de defesa nacional.

Na mensagem, o comandante também diz crer na valorização da carreira, além de destacar o reconhecimento da sociedade ao trabalho do Exército.



Segundo o projeto, vaqueiro é profissional que trata, maneja e conduz diferentes tipos de gado

Atividade de vaqueiro pode ser reconhecida como profissão

Projeto de lei da Câmara que reconhece a atividade de vaqueiro como profissão foi aprovada ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Pela proposta dos ex-deputados Edigar Mão Branca e Edson Duarte, vaqueiro é o profissional qualificado para tratar, manejar e conduzir bovinos, bubalinos, equinos, muares, caprinos e ovinos.

Pelo projeto (PLC 83/11), passa a ser obrigatório o seguro de vida e de acidentes em favor do vaqueiro nos contratos de serviço ou de emprego. Aí se incluem indenizações por morte ou invalidez permanente, bem como ressarcimento de despesas médicas e hospitalares decorrentes de eventuais acidentes ou

doenças profissionais que o vaqueiro sofrer durante a jornada de trabalho.

“O projeto regulamenta situação factual, existente de longa data, reconhecendo a importância desses profissionais e os perigos a que estão expostos em sua luta diária. A proposta faz justiça a uma categoria típica de trabalhadores, cujo cruel esquecimento reclamava a regulamentação que em boa hora se implementa, justificou o senador Sérgio Souza (PMDB-PR), relator da matéria.

Agora, o projeto será examinado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa — que dispensa análise pelo Plenário do Senado.

Cultivo de cana-de-açúcar na Amazônia Legal será tema de audiência na quinta

Audiência pública marcada para a próxima quinta-feira na CRA vai debater o plantio de cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Pampas situados na Amazônia Legal. Projeto de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) abre essa possibilidade.

Segundo o senador, a proposta (PLS 626/11) visa “corrigir uma anomalia” da legislação, que impede o cultivo de cana na Amazônia Legal. Ele afirmou que a intenção não é derrubar florestas para o cultivo da cana, mas utilizar áreas de Cerrado já alteradas.

O debate foi pedido por Sérgio Souza (PMDB-PR), que disse ser necessário discutir o tema antes de votar a matéria. O projeto ainda será examinado, em decisão terminativa, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A renegociação da dívida agrícola e a performance do Banco da Amazônia (Basa) no incentivo ao desenvolvimento da região nos últimos cinco anos também serão discutidas em audiência pública, conforme requerimentos aprovados pela CRA.

Cícero destaca Política de Resíduos Sólidos

Cícero Lucena (PSDB-PB) disse ontem que a sanção da lei que criou a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em agosto de 2010, deu início a uma “verdadeira revolução”, ao decretar o fim dos lixões e prever normas em favor da saúde pública e da qualidade ambiental.

O senador cobrou, no entanto, o engajamento da sociedade nas ações propostas. Para ele, “de nada adianta o esforço do poder público” sem a participação das empresas e dos cidadãos.

Gurgacz critica ONGs contra Código Florestal

Acir Gurgacz (PDT-RO) afirmou ontem que, ao aprovar no ano passado o projeto de novo Código Florestal (PLC 30/11), o Senado demonstrou atenção aos interesses do povo brasileiro. Segundo ele, o texto “é moderno, adaptado à realidade brasileira e tem legitimidade”.

O senador criticou as ONGs internacionais contrárias ao novo código e disse que elas visam dificultar que o país se torne o maior produtor mundial de alimentos.

— Essas falsas ONGs ambientalistas não têm qualquer legitimidade para representar a sociedade brasileira.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

Especialistas afirmam que oportunidades de corrupção diminuem à medida que aumentam os dados oferecidos pelos parlamentos

Genildo Magalhães/Agência Senado



Presidente da Comissão de Orçamento, deputado Paulo Pimenta (4º à esq.) conduz a audiência: maioria dos debatedores participou da 1ª Cúpula do Governo Aberto

Participação política reduz evasão fiscal, segundo o Banco Mundial

DE ACORDO COM Tiago Peixoto, especialista em Governo Aberto, do Banco Mundial, os países onde há maior participação política da sociedade tendem a registrar menor evasão fiscal. Ele argumenta que os cidadãos, ao constatar possibilidades reais de participação, ficam mais predispostos a contribuir com o fisco.

— Isso acontece quando eles percebem que há processos democráticos mais legítimos — assinalou Peixoto ontem, em audiência pública da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Também se discutiu a importância da tecnologia para ampliar os canais de

participação política e a divulgação de dados e informações.

— Quanto mais dados os parlamentos oferecerem, menores serão as oportunidades para a corrupção — disse Alex Howard, da O'Reilly Media.

Apesar de ressaltar a importância da transparência e das novas tecnologias, Howard destacou que a transparência não é suficiente, pois é preciso garantir que todos, inclusive a população mais pobre, tenham acesso a tais tecnologias.

Felipe Estefan, do Banco Mundial, assinalou que não basta “abrir portas” para que a população tenha acesso a informações e haja participação política. Segundo ele,

é preciso ensinar as pessoas a entender, por exemplo, como os parlamentos trabalham. Ele citou o caso de seu país, a Colômbia, onde “a população pouco sabe sobre o que se passa no Congresso”.

— Há portas abertas, mas elas não estão sendo atravessadas — frisou Estefan.

Linguagens

Representando a ONU, Gherardo Casini defendeu o uso da linguagem XML (Extensible Markup Language) e dos *open documents*. De acordo com ele, esses instrumentos facilitam aos cidadãos o manuseio de dados governamentais, “viabilizando, por exemplo,

uma maior quantidade de análises, feitas a partir desses dados, por organizações da sociedade civil”. Casini também argumenta que o XML e os *open documents* tornariam os trabalhos parlamentares mais eficientes no que se refere ao uso de documentos.

A maior parte dos integrantes da audiência — incluindo o deputado Paulo Pimenta (PT-RS), que conduziu a reunião — participou, nos dias 17 e 18, da 1ª Cúpula Mundial do Governo Aberto, em Brasília. O evento teve a participação de representantes de diversos países, como a secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton.

Lindbergh critica governo na discussão do pacto federativo

Lindbergh Farias (PT-RJ) disse ontem que falta diálogo do governo da presidente Dilma Rousseff com os governadores



Waldemir Barreto/Agência Senado

nas questões relacionadas ao pacto federativo. Ele afirmou ter votado contra a orientação do governo, terça-feira, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em relação ao Projeto de Resolução do Senado (PRS) 72/10, que unifica o ICMS para importados.

Ressaltando ser a favor da proposição, que visa proteger a indústria nacional, Lindbergh disse que, por “solidariedade federativa”, defende um acordo sobre regras de transição, já que estados como Espírito Santo, Santa Catarina e Goiás podem ser prejudicados.

Sobre a dívida dos estados, do Distrito Federal e dos municípios com a União, o senador também criticou a posição do governo de substituir o atual indexador (IGP-DI) pela taxa básica de juros (Selic). Ele conclamou os colegas a aprovarem, na CAE, projeto de Francisco Dornelles (PP-RJ) para que o governo aceite negociar.

Pinheiro destaca votação de ICMS único na terça

Walter Pinheiro (PT-BA) disse ontem que o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 72/10, previsto para ser votado



Waldemir Barreto/Agência Senado

terça-feira, dia 24, coloca em debate o novo pacto federativo. Segundo o senador, temas como indexação das dívidas estaduais, comércio eletrônico, os fundos de Participação dos Estados e dos Municípios e *royalties* do petróleo merecem a mesma atenção.

Pinheiro também disse que, mesmo com a sessão do Congresso realizada na manhã de ontem para a criação da CPI do Cachoieira, ocorreram “duas boas reuniões” na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e na de Serviços de Infraestrutura (CI).

Segundo o senador, o momento é o ideal para concluir o debate sobre pacto federativo, mas é preciso lembrar que uma das funções do Congresso é a fiscalização. Ele lembrou que terça-feira devem ser indicados os membros da CPI.

— Precisamos banir toda e qualquer prática de corrupção — afirmou.

Anibal espera aprovação do ICMS único de importados



Waldemir Barreto/Agência Senado

Anibal Diniz (PT-AC) disse esperar que o PRS 72/10, que estabelece alíquota única de ICMS para importa-

dos, seja votado na próxima semana.

— Não avançamos em ações para uma reforma tributária efetiva, que pudesse fazer a verdadeira repactuação entre União, estados e municípios — lamentou o senador.

Ele acredita que o governo pode negociar “ações de incentivo” para os estados que sofrerão perda de receita com o fim da guerra dos portos.

Paim defende mais tempo para ações contra bancos



Lio de Paula/Agência Senado

Paulo Paim (PT-RS) pediu aprovação, na CCJ, de projeto de sua autoria (PLS 299/07), que fixa em 30 anos o prazo

para entrar na Justiça contra instituições do sistema financeiro exigindo correção de valores de depósitos. Hoje, a lei fixa o prazo em 20 anos.

Paim também registrou fórum sobre os direitos das pessoas com autismo, realizado no último fim de semana em São Leopoldo (RS), e anunciou a Feira Nacional do Chimarrão (Fenachim), em Venâncio Aires (RS), entre 3 e 13 de maio.

Wellington aponta crescimento na renda do Piauí



Waldemir Barreto/Agência Senado

Wellington Dias (PT-PI) destacou o crescimento econômico e a melhoria das condições sociais do Piauí.

Ele citou dados da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República que apontam redução da miséria no estado.

O senador disse que o crescimento da renda no Piauí ficou muito acima da média nacional, entre 2003 e 2009. Enquanto a média do país foi de 27%, a do Nordeste cresceu 33% e a do estado, 44%, segundo Wellington.

“Sul do Piauí vive novos tempos”, diz Ciro Nogueira



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ciro Nogueira (PP-PI) destacou o desenvolvimento da agricultura no Cerrado piauiense, tema de reportagem desta semana da revista *Veja*.

Ele afirmou que o plantio de soja tem avançado ao ponto produzir 4 toneladas por hectare. Em 1992, esse rendimento era inferior a 600 quilos por hectare.

— O sul do Piauí vive novos tempos. Estamos obtendo nível [de produtividade] semelhante ao de Mato Grosso — comemorou.

PSB ingressa com ação no STF contra lei que fixa o orçamento do Amapá



Waldemir Barreto/Agência Senado

João Capiberibe (PSB-AP) comunicou que seu partido ajuizou ação direta de inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a Lei 1.617/12, do Amapá, que fixa o orçamento público anual do estado.

Segundo o PSB, a assembleia

legislativa fez alterações que aumentaram os valores previstos. O partido pede suspensão da norma sob o argumento de que o governo do Amapá já foi obrigado a efetuar repasses complementares com base no orçamento alterado pelos deputados estaduais, comprometendo

as necessidades do estado. Outro repasse deverá ser feito em 20 de abril, o que, segundo o PSB, agravaria ainda mais o dano já produzido.

— A expectativa da sociedade é que prevaleça o orçamento que atende a saúde, educação e infraestrutura — disse.